

Editorial

Publicam-se neste número 56 da *Revista Portuguesa de História* catorze artigos e onze resenhas redigidos em língua portuguesa, castelhana e inglesa, continuando assim esta Revista a manter o seu compromisso com o multilinguismo científico, o que se considera indispensável para uma historiografia sólida e aberta à ciência que se pratica noutros países. Com orgulho e satisfação recebemos propostas de publicação provenientes de duas dezenas de instituições universitárias. Foram aprovados os artigos que se seguem, redigidos por investigadores em fases muito díspares do seu percurso académico, desde jovens doutorandos a historiadores consagrados.

Este número abre com dois artigos de reconhecidas especialistas, ambas modernistas: Ofelia Rey Castelao, da Universidade de Santiago de Compostela, e Margarida Sobral Neto, desta Universidade de Coimbra. A primeira, em “El fracaso del éxito del concilio de Trento en el foro privado: la Galicia rural en tiempos de Felipe II”, debruça-se sobre uma questão que não tem sido estudada a partir dos fundos documentais que explorou e que conhece como poucos: os processos judiciais civis e os resultados obtidos por ela e outros cultores de História Demográfica sobre mobilidade, consanguinidade, ilegitimidade. Mobilizando essas fontes, Ofelia Rey demonstra que os espaços rurais do reino da Galiza da Época Moderna permaneciam como territórios de liberdade e resistência, onde se preservavam maneiras de ser e de se relacionar, apesar das pressões eclesiásticas em contrário.

Margarida Sobral Neto, em “Recursos naturais e direitos de propriedade em Portugal: o caso da enfiteuse”, apresenta-nos uma síntese de uma problemática em que é uma das poucas especialistas em Portugal e que tem sido descurada: as formas de acesso à terra e ao seu rendimento através dos contratos enfiteuticos, que na Época Moderna mobilizavam quase toda a população e instituições portuguesas, pois era da terra e da repartição do produto agrícola que viviam: ou porque nela trabalhavam como enfiteutas ou subenfiteutas ou porque dela recebiam ou negociavam foros e rendas. Margarida Neto estuda o assunto na longa duração “numa perspetiva de história jurídica, mas sobretudo de história económica e social”, demonstrando a adaptabilidade deste instituto jurídico que persistiu até à Constituição de 1976.

Estes dois artigos, que vão contracorrente, o de Margarida Sobral Neto pelo objeto de estudo e o de Ofelia Rey Castelao pela documentação utilizada para

responder às suas questões, são excelentes exemplos de como não podem ser abandonadas áreas historiográficas por sujeição a modas que, tantas vezes, interrompem ou desestimulam boas e necessárias investigações consideradas ultrapassadas, desperdiçando-se esforços e comprometendo-se saberes em construção. Felizmente, não foi essa a opção das duas historiadoras.

Os seis artigos que se seguem reportam-se a um longo arco temporal que vai do século IX ao século XVIII, situando-se três na Idade Média e três na Idade Moderna. Os restantes são de autoria de contemporaneistas.

Paloma Cuenca Muñoz com o texto “Los manuscritos visigóticos de la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro: códices, textos y escrituras” faz um estudo comparativo do ponto de vista codicológico, textual e paleográfico de três diferentes versões existentes em escrita visigótica dessa obra de Cassiodoro (c. 490-583), considerando que são independentes entre si, embora com possíveis vínculos, e revê algumas afirmações correntes sobre a produção de códices na Alta Idade Média nos centros monásticos de Burgos e de La Rioja. Em “Uma crónica abacial quatrocentista num Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça”, Saul António Gomes revisita um texto, que publica integralmente, sobre a participação do abade do Mosteiro de Alcobaça nos acontecimentos políticos que levaram o infante D. Pedro, duque de Coimbra, a tomar a regência do reino de Portugal em 1439, classificando-o como crónica, relacionando-o com o governo reformador do abade D. Estêvão de Aguiar e propondo a identificação do seu autor, o escrivão Rui Fernandes. Vera Cruz Miranda Menacho, em “Escenografía de la muerte: los funerales de Pedro de Portugal en la ciudad de Barcelona (1466)”, aprofunda o que se sabia sobre os funerais régios aragoneses da segunda metade do séc. XV e conclui que as cerimónias fúnebres de Pedro de Portugal, apesar de ser um rei “intruso”, se desenrolaram como era habitual com os monarcas de Aragão. Rituais que, obviamente, tinham intenções políticas legitimadoras de quem o apoiou. Ficam ainda esclarecidos, neste artigo, os mecanismos usados pelas instituições do Principado da Catalunha para justificar a escolha do príncipe português.

Em “Servir as almas do Purgatório na cidade e nas aldeias: confrarias das almas e defuntos de Coimbra e de duas comunidades rurais do bispado, na Época Moderna”, Filipe Miguel de Andrade Campos procede ao levantamento das confrarias sob invocação das almas ou defuntos existentes no território do atual distrito de Coimbra durante o século XVIII. O autor analisou instituições que não têm sido estudadas nesta região com a originalidade acrescida de as ter trabalhado no meio urbano e rural, permitindo examinar dinâmicas regionais frequentemente marginalizadas. Luis Conde Blázquez, em “Sebastianist traces in Northern Europe: the case of *Der Spanische Quintana* (1686-1687) by Werner

Happel”, oferece-nos uma perspetiva da receção do Sebastianismo no Norte da Europa, através da análise de uma novela seiscentista, a qual, como sublinha o autor, demonstra como o sebastianismo transcendeu o meio popular, sendo elevado à literatura política e historiográfica da época e, ao mesmo tempo, ilustra a circulação de ideias e de informação à escala internacional na Época Moderna. Inserido na área da história do livro e das bibliotecas, publicamos o artigo de Daniel Mena Acevedo “La materialidad de los libros en el ámbito doméstico de las élites gallegas a fines de la Edad Moderna”, assente numa metodologia segura e exigente (trabalhou 131 inventários de bibliotecas particulares). Centrou o estudo na distribuição da posse de livros por homens e por mulheres de distintos grupos de elite, na dimensão das bibliotecas, no valor económico dos livros e no espaço que lhes era atribuído nas casas dos/das seus/suas proprietários/as.

Com o artigo de Paulo Leitão “Uma perspetiva sobre o investimento municipal oitocentista em tempo de crise: 1892-1910”, entramos na Época Contemporânea. A atividade concreta das Administrações e Câmaras Municipais durante o regime liberal português está em grande medida por fazer e não é por falta de fontes. Este trabalho contribui para colmatar esse vazio, debruçando-se sobre a aplicação da receita consignada ao Fundo de Viação Municipal em finais do regime, o que contribuiu para alguma melhoria das condições da vida das populações. Fábio Emanuel Oliveira trabalhou, em microanálise, “A Filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém – 1882-1900”. A reconstituição dos vinhedos com cepas americanas e métodos de cultivo mais adequados foram a solução, o que não evitou, em contraste com outros espaços estudados, a contínua trajetória de quebra de produção ao longo dos anos 1880 e 1890, só conseguindo no final do século restabelecer o nível produtivo anterior à filoxera.

Duarte Manuel Freitas e Sérgio Neto, em “A medievalização da memória. O Mosteiro da Batalha e a Primeira Guerra Mundial”, “analisar[am] como a Primeira Guerra Mundial foi memorializada em Portugal através de uma lente medievalizante, tendo o Mosteiro da Batalha como o seu ponto focal”. Com vasta incursão no século XIX e na intelectualidade portuguesa contemporânea à Primeira Guerra Mundial, detêm-se depois na Sala do Capítulo, onde em 1921 se sepultaram dois soldados desconhecidos, e nos seus elementos decorativos, o lampadário, com a “Chama da Pátria”, e, já no Estado Novo, a escultura do Cristo das Trincheiras.

Através da exploração de fontes portuguesas, no artigo “Nas vésperas da Guerra Civil de Espanha. A estada do general José Sanjurjo em Portugal e a conspiração da direita espanhola (1934-1936)”, Fábio Alexandre Faria fornece esclarecimentos úteis tanto para o estudo da Segunda República espanhola como para o das relações que o Estado Novo manteve com ela e, ainda, para a convivência e colaboração do

governo português com o golpe militar espanhol de julho de 1936. Joe Williams, por sua vez, convocando os conceitos de “mito palingenético”, cunhado por Roger Griffin, e de “sacralização da política”, utilizado por Emilio Gentile, oferece-nos em “ ‘Year X of the National Revolution’ – Salazarist palingenetic myth in the *Diário da Manhã*” um texto que se enquadra nas áreas da história política e cultural, propondo-se compreender até que ponto o salazarismo constituía uma ideologia fascista. O autor conclui que era “para-fascista baseada numa configuração especificamente portuguesa de um mito palingenético, incorporando elementos do discurso católico que conferem à política do Estado Novo dimensões sagradas”. Finalmente, sob o título “Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas concepções socioeconómicas? Uma leitura historiográfica”, João Paulo Avelãs Nunes e António Rafael Amaro propõem-nos uma visão de síntese e uma reflexão sobre (cito os autores) “as consequências decorrentes da aplicação de cada um dos paradigmas epistemológicos em causa – moderno, neo-moderno e pós-moderno – à análise da problemática das desigualdades nas sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista”, sociedades que foram observadas na longa duração, procurando-se rejeitar e ensinar a rejeitar visões simplistas e valorativas.

Este volume completa-se com a publicação de onze resenhas. À exceção das três primeiras, as resenhas críticas que se publicam devem-se a jovens investigadores, estudantes de doutoramento ou mesmo de mestrado. Ótimo exercício de ensino/aprendizagem, que se continuará a cultivar, dão-nos conta de produção historiográfica recente de um amplo leque temático e onde, tal como nos artigos, marcam presença os historiadores espanhóis. Esperamos também continuar e fortalecer estes laços ibéricos.

E termino, agradecendo aos autores dos artigos e das resenhas que quiseram publicar na *Revista Portuguesa de História* e aos 40 colegas que generosamente aceitaram a ingrata tarefa de avaliar os artigos que lhes propusemos e que, em tantos casos, os melhoraram. Como sempre, tenho de realçar e agradecer o profissionalismo e a simpatia constantes da Dr.^a Carla Rosa, coordenadora técnica e administrativa desta revista. Por fim, manifesto o meu reconhecimento pelo apoio recebido dos Diretores da Faculdade de Letras e do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes e pelo acolhimento que a RPH continua a merecer da Imprensa da Universidade, a quem agradeço nas pessoas da sua Diretora e Subdiretora, não esquecendo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

A Diretora da *Revista Portuguesa de História*
Maria Antónia Lopes